

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ariana Batista da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0163-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.636222604>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva, Ariana Batista da (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: avanços, limites e contradições”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de desafios demandados pela Pandemia.

Sabemos que o período pandêmico, como asseverou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada do processo de ensino e aprendizagem presencial, pelas redes de ensino, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade, vivenciada na atualidade. Dessa forma, não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além do “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel desta, assim como, da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Diante disso, a Educação se consolida como parte importante das sociedades, ao tempo que o “ato de ensinar”, constitui-se num processo de contínuo aperfeiçoamento e transformações, além de ser espaço de resistência, de um contínuo movimento de indignação e esperançar, como sinalizou Freire (2018). No atual contexto educacional, a Educação assume esse lugar “central”, ao transformar-se na mais importante ferramenta para a formação crítica e humana das pessoas, como lugar real de possibilidade de transformação da sociedade.

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves. Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EDUCAÇÃO LIBERTADORA COMO REFERÊNCIA PARA OS PACTOS E AS LUTAS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO À OFENSIVA LIBERAL

Atair Silva de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226041>


CAPÍTULO 2..... 14

COMPETENCIAS DOCENTES EN EL FORMADOR DE PEDAGOGOS DE CIENCIAS: UNA DISCUSIÓN ACTUALIZADA

Emmanuel Vega Román

Iván Ramón Sánchez Soto

Margarita Marchant San Martín


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226042>

CAPÍTULO 3..... 28

PRÁTICAS E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS: UM PROJETO INOVADOR COM MULHERES DE ETNIA CIGANA

Teresa Margarida Loureiro Cardoso

Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226043>

CAPÍTULO 4..... 43

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA DA ONU: POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Roger Domenech Colacios

Joseane Maisa dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226044>

CAPÍTULO 5..... 53


MULHERES EMPODERA: PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA ESCOLA DE NEGÓCIOS - UNIVALI

Natalí Nascimento

Fabiana de Bittencourt Rangel

Francine Simas Neves

Silvana Schimanski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226045>


CAPÍTULO 6..... 68





PIBIC ENSINO MÉDIO: POSSIBILIDADES DE DISCUSSÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA NAS AULAS DE GEOGRAFIA


Adriany de Ávila Melo Sampaio

Antônio Carlos Freire Sampaio

Rosana de Ávila Melo Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226046>


CAPÍTULO 7	75
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM QUÍMICA: USANDO OS MAPAS CONCEITUAIS Daniele de Oliveira Silva Julian Carlos da Silva Pavan  https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226047	
CAPÍTULO 8	83
EDUCAÇÃO INTEGRAL: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/ SP Dilene Aparecida Amicci Mascioli  https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226048	
CAPÍTULO 9	90
A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES Wilsione de Jesus Mendes Silveira Uiara Vaz Jordão  https://doi.org/10.22533/at.ed.6362226049	
CAPÍTULO 10	106
A EFICÁCIA OU A REMEDIAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM REMOTAS: O ENSINO E A APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DOS EIXOS DA APROPRIAÇÃO DO SEA – SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA Rosemeire Reis Ribeiro da Costa  https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260410	
CAPÍTULO 11	117
ENSINO HÍBRIDO: EXCLUSÃO SÓCIO-DIGITAL E DESIGUALDADE SOCIAL. REFLEXÕES PARA ALÉM DA SALA DE AULA Marco Aurélio Ferraz  https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260411	
CAPÍTULO 12	134
PROBLEMATIZAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM Francis Roberta de Jesus  https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260412	
CAPÍTULO 13	146
PAPEL DO NÚCLEO DOCENTE ASSISTENCIAL ESTRUTURANTE (NDAE) NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL Raquel de Mendonça Rosa-Castro Edilma Maria de Albuquerque Vasconcelos Soraya Diniz Rosa Miriam Sanches do Nascimento Silveira Débora Gomes Barros Lisboa Terra	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260413>

CAPÍTULO 14..... 154

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA APOIO DISCENTE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 – REVISÃO DE LITERATURA


Emerith Mayra Hungria Pinto
Ana Paula Montandon de Oliveira
Flávia Gonçalves Vasconcelos
Flávia Melo
Janaína Andréa Moscatto
Jivago Jaime Carneiro
Josana Peixoto Castro
Heloiza Helena Rodrigues Martins
José Elias Flosino de Sousa
José Luís Rodrigues Martins
Kelly Deyse Segati

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260414>

CAPÍTULO 15..... 163

PERFIL DO ESTILO DE VIDA DOS PROFESSORES DA ESCOLA SÃO VICENTE DE PAULA


Francisco Edson Pereira Leite
João Luiz da Costa Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260415>

CAPÍTULO 16..... 169

PROPOSTA DE APOIO DERIVADA DO DIAGRAMA DE CAUSA E EFEITO PARA TORNAR COMPREENSÍVEL A INTERDISCIPLINARIDADE NO INGRESSO EM GRADUAÇÕES PROFISSIONALIZANTES PÚBLICAS


Rogério Benedito de Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260416>

CAPÍTULO 17..... 177

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: OPORTUNIDADE DE NOVAS APRENDIZAGENS

Yêda Sá Malta
Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira



 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260417>

CAPÍTULO 18..... 189

INCLUSIÓN EN ALEMANIA: UNA VISIÓN COMPARADA DE LOS ESTADOS FEDERALES “LÄNDER”

Magdalena Riusech Farrero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260418>

CAPÍTULO 19	211
A PANDEMIA DE COVID-19 E OS IMPACTOS INERENTES AO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA INFÂNCIA	
Carolini Feijó Dutra	
Karla Larissa Trassi Ganaza Domingues	
Fernanda Paco Carvalho Pinto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260419	
CAPÍTULO 20	224
AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL EM UM CONTEXTO MUNICIPAL: DESAFIOS DIANTE A PANDEMIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO	
Jessica Novôa	
Lusiane Macarini Chaves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63622260420	
SOBRE OS ORGANIZADORES	233
ÍNDICE REMISSIVO	234

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA DA ONU: POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão: 04/02/2022

Roger Domenech Colacios

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0041482937454960>

Joseane Maisa dos Reis

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7426746392152868>

RESUMO: Este artigo de iniciação científica é uma análise das propostas e programas atuais de educação ambiental da Organização das Nações Unidas. As referências teóricas para a construção do estudo foram: Marcos Reigota, Isabel de Moura Carvalho, Moacir Gadotti, entre outros. Enquanto aspecto metodológico temos a utilização da perspectiva da educação ambiental crítica, também na formação de sujeito ecológico e o materialismo histórico-dialético, já na parte técnica, foi feita a pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam, que durante muitos anos foi recorrido a conferências em busca de uma educação ambiental, que acabou se entrelaçando com o desenvolvimento sustentável pelo interesse econômico, foi percebido que ao invés de uma educação tradicional, necessitamos educação ambiental crítica e emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, ONU.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE UN SPHERE: EDUCATIONAL POLICIES ON INTERNATIONAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: This scientific initiation article is an analysis of the current proposals and programs of environmental education of the United Nations. The theoretical references for the construction of the study were: Marcos Reigota, Isabel de Moura Carvalho, Moacir Gadotti, among others. As a methodological aspect we have the use of the perspective of critical environmental education, also in the formation of ecological subject and the historical-dialectical materialism, already in the technical part, the bibliographic research was carried out. The results show that for many years it was resorted to conferences in search of an environmental education, which ended up intertwining with sustainable development for economic interest, it was realized that instead of a traditional education, we need critical and emancipatory environmental education.

KEYWORDS: Environmental Education, Sustainable Development, UN.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto é resultante de pesquisa desenvolvida no âmbito da iniciação científica na Universidade Estadual de Maringá (PIBIC/UEM), durante o período de 2020-2021. O objetivo geral é compreender a proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) para a educação ambiental. Contendo o recorte temporal de 1972 a 2015. Os objetivos específicos são: identificar

os programas da ONU que estão em vigência; analisar as teorias educacionais relacionadas à esta instituição; e investigar os processos envolvidos na relação entre desenvolvimento sustentável e educação ambiental nos programas da ONU.

Para o alcance dos objetivos foram realizados levantamentos bibliográficos, leituras e fichamentos, coletas de fontes primárias e secundárias, análise das fontes, além da participação em reuniões científicas. Os documentos principais coletados para a pesquisa foram: Relatório de Tbilisi, Agenda 21 e Agenda 2030.

Este material foi analisado a partir de obras em educação ambiental e também sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Na vertente da educação ambiental crítica, destacamos: Isabel de Moura Carvalho “A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais”, Marcos Reigota “O que é Educação Ambiental”, Moacir Gadotti “Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, Sorrentino et. al. “Um olhar político para a educação ambiental do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)”, E na interpretação do materialismo histórico-dialético, a ênfase foram os trabalhos de José Paulo Netto, particularmente: “Introdução ao estudo do método de Marx” (CARVALHO, 2005; GADOTTI, 2008; NETTO, 2011; REIGOTA, 2012; SORRENTINO et. al, 2016).

21 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E METODOLOGIA DE ANÁLISE

A metodologia de investigação segue a perspectiva da educação ambiental crítica e na perspectiva de formação do sujeito ecológico. Quanto o primeiro elemento temos que inicialmente ressaltar a cisão entre duas vertentes na educação ambiental: a conservadora e a crítica. A vertente conservadora seria, de alguma maneira, a instrumentalização da natureza. A relação estabelecida entre educando e mundo natural é dada por meio de ações práticas, tal como os “5 Rs” (repensar, reduzir, reciclar, reutilizar, recusar). A mediação é dada em forma de prática entre ação-consequência, que mesmo adotando algum nível de reflexão, não aprofunda o questionamento sobre a lógica produtiva do sistema econômico e social atual e seu reflexo no mundo natural.

A educação ambiental conservadora, procura atuar dentro de sala de aula, com lições e atividades básicas, através de temas informativos, promovendo uma leitura do problema, se propõe a ser formativa e está ligada a educação científica como um todo e a ações individualizadas em geral, embora ainda assim leve em conta a coletividade no momento de educar.

Essa diferenciação entre educação ambiental crítica e conservadora já é tema clássico na bibliografia sobre o tema. Marcos Reigota no livro “O que é Educação Ambiental?”, texto de divulgação, faz essa abordagem, indicando que nos primórdios, por volta dos anos 1960, o tipo de educação era voltado para um certo conservadorismo e anti-

consumismo, que implicava em distanciamento de questões sociais e políticas de maior profundidade. Dessa forma, para o autor a

[...] educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. (REIGOTA, 2012, p.13)

Conforme Reigota: “A educação ambiental como educação política é por princípio: questionadora [...] é criativa [...] inovadora [...] é crítica muito crítica” (REIGOTA, 2012, p. 15). O autor, ao definir a educação ambiental como educação política, está afirmando que o prioritário na educação ambiental são as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre a natureza e a humanidade. Se comprometendo com aumento da cidadania, autonomia, liberdade e na intervenção dos cidadãos e cidadãs à procura de soluções que concedam a convivência digna para o bem comum (REIGOTA, 2012).

Tal postura, um posicionamento crítico ao sistema econômico e social, levaria a uma outra espécie de cidadania, composta de pessoas bem informadas e comprometidas com a “[...] busca de soluções alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum.” (REIGOTA, 2012, p.13) A educação ambiental, portanto, levaria, quando somada a outras áreas do conhecimento, em uma atitude inter/trans/multidisciplinar, à conscientização de que outras formas de produzir/consumir/descartar poderia ser possível, sem que haja uma agressão a outras formas de vida humanas e não-humanas, ao mundo natural, neste processo.

A perspectiva crítica corroboraria com a formação da “cidadania ecológica”. Um formato de ativismo social que incidiria sobre novas formas de relação entre a sociedade e o mundo natural. A reaproximação entre ambos, corrigindo assim os rumos da modernidade, seria promovida por uma educação ambiental que vá além da instrumentalização da natureza e das atitudes humanas. Mas, a “questão ecológica” conforme o sociólogo alemão Elmar Altvater (2004) preferiu anos atrás, é a forma atual de observar os problemas sociais, de refletir sobre a produção, de repensar o consumo, não em uma atitude individualizada, mas coletivamente, enquanto sociedade inserida na natureza e, portanto, problematizando suas bases econômicas, sociais e políticas. A proposta desta vertente é a emancipação humana e social, não sendo apenas o repensar de práticas, mas todo um conjunto de ações políticas e econômicas.

Outros autores corroboram com esta perspectiva, tal como Moacir Gadotti e os já mencionados Pedro Jacobi e Isabel Carvalho. De fato, o posicionamento crítico da educação ambiental é uma vertente que leva em consideração, especialmente a produção brasileira, a pedagogia freiriana em suas diversas obras, mas de forma particular na “Pedagogia da Autonomia” e a “Pedagogia da Indignação”. Paulo Freire acaba sendo o ponto de partida e chegada das proposições teóricas deste viés. Gadotti, inclusive, pautado pela Carta da

Terra de 1999 chega a defender uma outra vertente crítica a “ecopedagogia”, enquanto uma junção da crítica freiriana à educação e o ativismo das comunidades eclesiais de base da CNBB, explicitadas em autores como Leonardo Boff e Frei Betto, na chamada “teologia da libertação”. (GADOTTI, 2000).

Quanto ao outro conceito analítico, o referente a formação do sujeito ecológico, temos nos trabalhos de Isabel de Moura Carvalho a indicação do significado e uso do termo para a educação ambiental. Carvalho define o sujeito ecológico:

Pode-se definir o sujeito ecológico como um projeto identitário [...] Neste sentido, enquanto uma identidade narrativa ambientalmente orientada, o sujeito ecológico seria aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural; tributário de um projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável (CARVALHO, 2005, p. 6).

Para Carvalho, a circunstância que torna provável é a criação de um universo narrativo específico, que configura simbolicamente e materialmente como um campo de relações sociais. É possível pensar, que a partir desta proposta de sujeito ecológico, os caminhos de identificação e a formação da identidade do educador ambiental que foi trilhado nas trajetórias biográficas de educadores ambientais concretos.

A metodologia de análise escolhida é o materialismo histórico-dialético. Segundo Netto (2011), para Marx o objetivo do pesquisador indo além da aparência imediata, fenomênica e empírica, é compreender a essência do objeto.

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

Sendo então o objeto da pesquisa que independente da consciência do pesquisador, persista-se, uma existência objetiva. Significa que a conexão objeto/sujeito no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade.

Em um contexto capitalista, segundo Luca, Lagazzi e Sorrentino (2016), o modo de produção funda suas relações baseadas na noção de igualdade entre pobres e ricos, de liberdade, que reforça a ideia de “individualização da culpabilidade”. Conforme os autores:

O capitalismo, sendo o modo de produção atual, tem como processo, então, a individuação do sujeito, que não é psicológica, mas política. E tem no Estado um espaço institucionalizado e significado pelo poder como espaço onde os sujeitos se inscrevem, nos trazendo uma outra perspectiva desta territorialidade de cidadãos [...] Espaço gerenciado, espaço significado pela relação com o poder (LUCA; LAGAZZI; SORRENTINO, 2016, p. 169).

Os autores destacam, ainda, que é de fundamental importância a noção de “sujeito político”, “democracia” e “educação ambiental”, fortalecendo a ideia de liberdade dos cidadãos e autonomia.

3 I EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ONU (1972-2015)

Em 1972, foi realizada em Estocolmo, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Para Reigota (2012), esta reunião teve como objetivo educar os cidadãos para solucionar os problemas ambientais. É considerada um marco histórico-político internacional, sendo determinante para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Reuniu chefes de 113 países e de mais de 400 instituições governamentais e não governamentais. Tendo como objetivo debater sobre a decorrência da degradação ambiental como: discutir as mudanças climáticas e a qualidade da água; elaborar as bases do desenvolvimento sustentável; debater soluções para reduzir os desastres naturais, entre outros. Essa conferência foi de extrema importância pois abriu caminho para o desenvolvimento sustentável, mesmo que nenhum acordo concreto fosse concluído em Estocolmo (DIAS, 2001).

Posteriormente a Estocolmo/72, ocorreu em Tbilisi, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, que foi organizada pela Unesco, em cooperação com a Pnuma, no ano de 1977. Sendo uma continuação da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que ocorreu em 1972.

A declaração oriunda desse encontro fundamentou e ainda hoje serve de apoio aos programas nacionais e internacionais para educação ambiental. Mas Tbilisi representou um apelo à comunidade de países da ONU no sentido de promoverem uma educação holística, pautada em princípios e na ética advinda de uma cidadania plena (ONU, 1977). Ainda, incitou os países a se ocuparem com uma educação ambiental de longo prazo, não apenas às crianças, mas para todas as fases da vida, por viveríamos em um mundo em rápida mudança:

A educação ambiental deve olhar para toda a comunidade. Deve envolver o indivíduo no processo de resolução de problemas específicos de cada realidade, e isto deve encorajar a iniciativa, o senso de responsabilidade e o comprometimento em construir um amanhã melhor. Por suas características, a educação ambiental pode fazer uma poderosa contribuição para a renovação do processo educacional (UNESCO, 1977, p. 24. tradução nossa)

Esta reunião versou sobre a Educação Ambiental estabelecendo parâmetros para que as nações signatárias seguissem ao aderirem a inclusão da educação ambiental em seus currículos escolares e universitários, que segundo Dias:

Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (DIAS, 2001, p. 105).

A educação ambiental tinha como meta a transformação social, a renovação dos processos educacionais e a melhoria das relações entre humanos e não humanos, entre sociedade e mundo natural. Importante notar aqui que as recomendações e apelos contidos

no documento gerado em Tbilisi serviu de texto-base para as reuniões seguintes que tiveram como mote a educação ambiental. Adotando um foco global, segurando em uma ampla base interdisciplinar, a educação ambiental cria uma perspectiva dentro da qual se reconhece a existência de uma profunda independência entre uma educação voltada para as relações da sociedade com a natureza, enfim, uma educação para todos. Houve nos anos seguintes a Tbilisi novas reuniões na qual a Educação Ambiental foi pauta, levando em conta ajustes aos acordos firmados anteriormente sobre estas temáticas e mesmo a proposição de adoção de políticas públicas, pelos países participantes, entre eles o Brasil.

Dez anos depois de Estocolmo, houve na Conferência da ONU, a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Nairóbi, levando em consideração a atividade econômica e a questão ambiental. Tornando-se público no ano de 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum*, conhecido também como *Relatório Brundtland*, que foi liderado pela diplomata norueguesa Gro Harlem Brundtland, onde surgiu pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 49).

O desenvolvimento sustentável foi consagrado decisivamente na Rio-92. A partir disso, a educação ambiental foi completamente atrelada aos princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, é uma educação voltada às necessidades econômicas. A sua maior repercussão foi a Agenda 21, abrangendo um conjunto de objetivos e propostas para reverter o processo de degradação do meio ambiente (GADOTTI, 2008).

O Relatório Brundtland propõe solucionar os seguintes problemas: tecnologias poluidoras, aumento demográfico e intensificação e aumento da miséria. Tais propostas consente o conceito de “desenvolvimento sustentável”, disseminado pelo *Nosso Futuro Comum* e mote da Rio-92, tornando uma palavra de ordem, de maneira subjacente: é a do eco-capitalismo, que se interpreta na convicção no avanço tecnológico apto de produzir uma industrialização limpa e de controlar a fecundidade das mulheres do Terceiro Mundo. Considerado como causa inicial da degradação ambiental a pobreza, muito mais do que os dejetos tóxicos do Primeiro Mundo, entretanto o desenvolvimento sustentável recomendo é algo que vai “amenizar” a pobreza, dando oportunidade de vida melhor dentro de “padrões mínimos de consumo”.

Para o Relatório Brundtland, a pobreza e a deterioração ambiental formam um círculo vicioso, no qual cada termo é causa e efeito do outro. Injustamente não mencionando com a mesma perseverança a degradação causada pelo crescimento e consumo do Primeiro Mundo, o Relatório não profere a hipótese de que a degradação ambiental e a pobreza

sejam ambos efeitos indesejáveis de um modelo de crescimento que busca incremento de capital e não atender às necessidades humanas. Ou seja, eles não percebem que ambas são características referentes à lógica perversa de um modo de produção centralizado, mas como obstáculos inesperados e perversos, passíveis de serem contornados e controlados através de políticas de ajustes e correções (HERCULANO, 1992).

A autora, faz uma crítica, dizendo: “No conceito de desenvolvimento sustentável cabem todos os significados: é sinônimo de sociedade racional do terceiro milênio, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de forma disfarçada da continuação imperialista sobre o Terceiro Mundo, de utopias românticas... tudo nele parece caber.” (HERCULANO, 1992, p. 28). Herculano, menciona, que por outro lado, a concepção traz inserida uma sugestão de uma nova sociedade, e que muitos compartilham desse entendimento utilizando a expressão de um “novo estilo de desenvolvimento”, ou seja, de uma sociedade livre e igualitária, justa e democrática, sendo algo mais abrangente não cabendo em algo simplório, pois sai do campo econômico entrando no âmbito mais amplo da filosofia, sendo sobretudo uma questão de ética.

De acordo com NOVAES (2002): “[...] Se não começarmos a fazer as perguntas corretas, não teremos respostas adequadas para algo tão complexo [...] Estaremos condenados a repetir os mesmos erros, infundavelmente.” (NOVAES, 2002, p. 250). Ao não fazermos as perguntas corretas, acabamos insistindo no mesmo erro, ao seguir um acordo ambiental fracassado, veremos isso a seguir na Rio+10.

Porém, só em 1997 que o tema regressou com vigor na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Tessalônica, que foi realizada pela Unesco. Segundo Gadotti “Em Tessalônica, já se falava da importância de introduzir o conceito de sustentabilidade na reorientação da educação formal, na mudança do padrão de produção e de consumo e na adoção de estilos de vida sustentáveis” (GADOTTI, 2008, p. 21). Para Gadotti, o estilo de vida é colocado pelas máquinas publicitárias das grandes empresas, porém não somos essencialmente definidos por elas. A cooperação e o deslocamento dos consumidores podem ser decisivos para o êxito da Década. Dessa forma, é fundamental criar a contrapropaganda à insustentabilidade, sugerindo um diálogo optativo com todos os públicos, visando ao consumo sustentável.

Uma nova conferência foi realizada em 2002. Intitulada Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável aconteceu na cidade de Johannesburgo, África do Sul. Mais conhecida como Rio+10 e tinha como objetivo avaliar as aplicações e os progressos das diretrizes estipuladas na convenção de 1992, pois pouco se avançou em dez anos em termos práticos (NOVAES, 2002). Para muitos analistas, a Rio+10 foi um fracasso por não ter proporcionado o progresso efetivo das diretrizes e promessas apresentadas no Rio de Janeiro. Já para outros, a falta de êxito da Rio+10 está referente ao fracasso das Nações Unidas “detida” dos interesses das grandes potências, principalmente

dos Estados Unidos. Em todo caso, com essas conferências a educação ambiental participou nos debates e nos documentos, mas especialmente se fez presente por meio das ações concretas de muitas pessoas, cidadãos e cidadãs do mundo, em diferentes regiões do planeta (REIGOTA, 2012).

No ano de 2012, outra vez no Rio de Janeiro, uma nova reunião de cúpula foi realizada. A Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, teve a participação de líderes de 193 países, contendo sete temas principais, sendo eles: Energia; Segurança alimentar; Emprego; Cidades sustentáveis; Água; Oceanos e desastres naturais. O evento teve o objetivo de formular um plano para que a humanidade se desenvolvesse de forma a garantir uma vida digna a todos, de forma a não prejudicar as gerações futuras, tal como está no lema do desenvolvimento sustentável. Com a esperança que essa reunião determinasse metas em diferentes áreas, o que não foi alcançado. Por ter avançado pouco, o texto Rio+20 foi criticado, pois não especificou os objetivos para o desenvolvimento sustentável, nem quanto deve ser investido para alcançá-los e muito menos quem vai financiar as ações de sustentabilidade (PESSINI; SGANZERLA, 2016).

Em Nova York no ano de 2015, ocorreu uma nova Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, agora denominada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” ou simplesmente como ficou conhecida como Agenda 2030. Contendo dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e cento e sessenta e nove metas para os próximos quinze anos (GOELLNER, 2017).

No capítulo 36 da Agenda 21, por meio do processo de ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e além do mais aproximada das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. As áreas de programas descritas neste capítulo são: Aumento da consciência pública; Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável; Promoção do treinamento. O ensino tem relevância na promoção do desenvolvimento sustentável e para desenvolver a capacidade da população no que se diz a respeito às questões de meio ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992).

Além dos eventos globais em torno do meio ambiente promovidos pela ONU e que tiveram enfoques relacionados também à questão educacional, a instituição constituiu em sua estrutura programas que lidam com problemas ambientais. Sendo eles: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), segundo Nosso

Futuro Comum (1991) é a essencial fonte de coleta, avaliação e divulgação de dados sobre o meio ambiente, e o principal defensor e agente de mudança e de cooperação internacional em relação a questões críticas relativas à proteção dos recursos naturais e do meio ambiente.

A Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tem objetivo garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações e tem a responsabilidade sobre a divulgação dessa nova perspectiva educativa, a que vai tratar da questão ambiental, e realizou seminários ao longo das últimas décadas, procurando estabelecer os fundamentos pedagógicos e conteúdos dessa nova orientação educacional (REIGOTA, 2012).

Por fim, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem trabalhando com o conceito de “desenvolvimento humano sustentável”. Que amplia e enfatiza as várias dimensões necessárias para o desenvolvimento de um povo, sociedade ou agrupamento humano, abrangendo não só o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental, mas também a erradicação da pobreza etc. Elementos que são considerados, por muitos especialistas na área ambiental, como fatores importantes na promoção de um “modo de vida sustentável”, tal como encontramos na Carta da Terra (GADOTTI, 2008).

4 | CONCLUSÕES

A análise revela que, há décadas, vem surgindo novas conferências promovidas pela ONU, com o objetivo de educar as pessoas visando uma outra relação com o meio ambiente. Uma educação baseada em crenças tradicionais ou até mesmo propagadas pela convencionalidade. Com o tempo essa educação foi ligada ao desenvolvimento sustentável, ou seja, unida com as necessidades econômicas. Nos quais, atribuem a culpa aos mais pobres pela degradação ambiental, sem perceber ou fingindo não perceber que os responsáveis são os países do Primeiro Mundo, pelos resultados indesejáveis de um modelo de crescimento que procura incessantemente o aumento de capital, não se importando com as necessidades da humanidade e muito menos com os não humanos. Contudo, muitos autores como Isabel Carvalho fazem críticas aos reducionismos dos problemas ambientais como um problema tecnicista e individualista, na perspectiva técnica sem estar subordinada com a política. De toda a forma, necessitamos, tendo em vista os problemas atuais, de uma educação ambiental crítica e emancipatória.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental**; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 7ªed.- São Paulo: Gaia, 2001.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Unifreire; 2).

GOELLNER, A. S. **Ação Antrópica e meio ambiente- Sustentabilidade discutida a partir da ONU**. 2017 Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2017.

HERCULANO, S. **Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz**. Publicado no livro Ecologia, Ciência e Política, Mirian Goldenberg (coord.). Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 9 – 48, 1992.

LUCA, A. Q.; LAGAZZI, M.; SORRENTINO, M. **Um olhar político para a educação ambiental do Programa Nacional De Educação Ambiental (ProNEA)**. Revista Rua, Campinas, n. 22, v. 1, p. 151-174. jun. 2016.

NOVAES, W. **A década do impasse: da Rio-92 à Rio+10**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2002.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PESSINI, L; SGANZERLA, A. **Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e meio ambiente**. Revista Iberoamericana de Bioética, n. 01, p. 01-14, 2016.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

UNESCO. **Intergovernmental Conference on Environmental Education**. Tbilisi/URSS: UNESCO/ UNEP, 1977.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 28, 29, 33, 34, 39, 96, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 144, 233

Apoio discente 154, 156, 158, 159, 160

Aprendizagem 9, 11, 31, 32, 33, 36, 40, 41, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 91, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 121, 122, 126, 134, 138, 139, 143, 144, 150, 151, 152, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232

Aprendizagem significativa 75, 76, 77, 82

C

Cálculos 134, 141, 215

Calidad 15, 22, 27, 189, 191, 193, 194

Competências digitais 28, 29, 36, 37, 41

Competencias docentes 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Competências socioemocionais 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

Contrato social 1, 2, 13

Coronavírus 107, 154, 156, 157, 176, 211, 212, 218, 220

Covid-19 54, 65, 106, 117, 121, 129, 132, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 211, 213, 217, 220, 221, 223

Criança autista 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 101, 103

Currículo 5, 9, 39, 59, 70, 91, 96, 97, 106, 107, 123, 145, 177, 186, 209

D

Desigualdade 2, 10, 54, 56, 65, 90, 115, 117, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 170

Discapacidad 189, 190, 191, 192, 198, 201, 207, 208

Diversidade 4, 5, 10, 69, 70, 73, 91, 93, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 182

E

Educação aberta 28, 29, 31, 32, 39

Educação ambiental 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 83, 84, 85, 86, 87

Educação de adultos 28, 29, 31, 32, 33, 37, 39, 40, 41

Educação integral 83, 84

Educação libertadora 1, 6, 7, 9, 13

Educação matemática 134, 144, 145, 233

Educación por competencias 14, 15, 23, 24, 27

Empoderamento econômico feminino 53, 55, 56, 66

Empreendedorismo feminino 53, 60, 66

Empreendedorismo social 60, 169, 175

Ensino 5, 7, 11, 28, 29, 30, 32, 37, 39, 40, 41, 50, 54, 57, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 91, 92, 96, 99, 100, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 168, 170, 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233

Ensino de química 75, 76, 78, 80, 82

Ensino híbrido 117, 118, 120, 121, 122, 123, 126, 129

Ensino superior 29, 32, 40, 79, 121, 146, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 233

Escola 3, 11, 12, 37, 53, 54, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 73, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 115, 119, 121, 132, 134, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 157, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 173, 175, 176, 178, 180, 186, 187, 214, 225, 227, 232

Estado 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 46, 88, 103, 106, 107, 110, 114, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 135, 164, 166, 194, 202, 208, 233

Estilo de vida 49, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Estudante pesquisador 68

Estudantes 4, 6, 12, 30, 39, 68, 71, 98, 126, 132, 142, 147, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 217, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 231, 232

Etnia cigana 28, 30, 33, 34, 37, 40, 42

Evasão discente 169

Exclusão 6, 7, 71, 72, 98, 110, 117, 124, 125, 129, 169, 170, 231

Exclusión 189, 190, 205, 207

F

Flexibilidade docente 169

Formação profissional 29, 34, 57, 146, 153, 165

Formación 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 201, 202, 203, 204, 207, 208

Formador de pedagogos de ciencias 14, 15, 20, 22, 23, 24, 26, 27

I

Igualdade de gênero 53, 54, 57, 58

Inclusão 6, 7, 8, 9, 29, 33, 37, 47, 68, 70, 72, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 115, 124, 126, 151, 157, 218, 227

Inclusión 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

J

Jogos 140, 145, 177, 183, 184, 185, 215, 219, 223

L

Länder 189, 190, 191, 192, 194, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208

Lei federal 10.639/03 68

Lei federal 11.645/08 68

Livro didático 68, 70, 71, 72, 73, 106, 109

M

Mapa-conceitual 75

O

ONU 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 57

P

Política 1, 3, 7, 8, 9, 10, 13, 45, 46, 51, 52, 56, 57, 66, 85, 95, 124, 128, 129, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 170, 224

Primeira infância 211, 217, 218

Problematização 134, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 145

Professor 41, 68, 69, 70, 71, 76, 90, 92, 94, 99, 100, 102, 103, 107, 108, 110, 136, 138, 139, 142, 145, 151, 159, 163, 165, 167, 168, 182, 184, 187, 227, 228, 233

Psicomotricidade 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223

R

Residência multiprofissional 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153

Revisão bibliográfica 75, 76, 107, 218

S

Saúde 86, 87, 89, 93, 117, 118, 127, 129, 132, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 176, 178, 179, 186, 211, 213, 214, 218, 219, 220, 221, 223, 225, 229, 230, 232

Séries iniciais 134

Sistema Único de Saúde 146, 147

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 33, 40, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 56, 59, 66, 69, 70, 72, 73, 90, 95, 96, 97, 102, 117, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 138, 161, 165, 170, 181, 182, 183, 184, 211, 212, 224, 225, 231

Steuerung 189, 190, 193, 194, 209

Sustentabilidade 44, 49, 50, 51, 52, 83, 84, 86, 182

W

Wikipédia 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br